



CONCURSO CFO/QC e CF/CM 2019/2020
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO



DIREITO
CADERNO DE QUESTÕES TIPO: B

- ❖ Ao receber este caderno, **verifique** se:
 - A sua opção de **ÁREA** está correta;
 - Contém **70 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **01 a 70**, distribuídas da seguinte forma:
 - a. Conhecimentos Gerais – questões numeradas de **01 a 30**: Língua Portuguesa, História do Brasil e Geografia do Brasil; e
 - b. Conhecimentos Específicos à Área – questões numeradas de **31 a 70**;
 - O tipo de caderno de questões constante desta capa coincide com o tipo de caderno disposto no cabeçalho das páginas que o compõem;
 - Há falta de questões ou defeitos de impressão.
- ❖ Caso seja verificada qualquer inconsistência, comunique imediatamente ao aplicador, para que sejam tomadas as devidas providências.
- ❖ Analise as questões com atenção. Você disporá dos **15** primeiros minutos, após o início da prova, para esclarecer dúvidas relacionadas **apenas** à impressão e montagem deste caderno.

FRASE: REBRILHA A GLÓRIA, FULGUE A VITÓRIA
INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ O tempo total destinado à realização da prova é de **4 (quatro) horas**. Este tempo inclui o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**, não sendo concedido tempo extra para este fim.
- ❖ Ao receber o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade, marque seu tipo de caderno de questões, transcreva a frase contida nesta capa e assine seu nome nos espaços reservados para tanto.
- ❖ O preenchimento incorreto, ou a ausência desse preenchimento, no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, dos dados relativos à identificação do candidato ou de seu caderno de questões, ou o descumprimento de quaisquer outras instruções contidas nas provas para sua resolução, acarretará a eliminação do candidato no concurso.
- ❖ O **CARTÃO DE RESPOSTAS NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas e à identificação de seu caderno.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO DE RESPOSTAS** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão, de acordo com instruções também constantes do próprio **CARTÃO**.
- ❖ A correção do **CARTÃO DE RESPOSTAS** é feita por sistema de leitura óptica. Portanto, é de fundamental importância o correto preenchimento de todos os campos do **CARTÃO DE RESPOSTAS**, sendo ele de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato.
- ❖ Utilize somente **caneta esferográfica de tinta azul ou preta** para assinalar as suas respostas no **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- ❖ Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro do candidato.
- ❖ A interpretação das questões faz parte da resolução. Os aplicadores não responderão a perguntas dessa natureza.
- ❖ Iniciadas as Provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após transcorridas 3 (três) horas do tempo total destinado à realização da prova.
- ❖ O caderno de questões somente poderá ser levado pelo candidato após o término do tempo total de aplicação da prova.
- ❖ A partir dos últimos trinta minutos do tempo total de aplicação da prova, um aplicador, de **10 em 10** minutos, avisará o tempo que falta para o término da prova. O último aviso será dado faltando **1** minuto.
- ❖ Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.
- ❖ Após o término de sua Prova, deve o candidato levantar o braço e aguardar, ainda sentado, até que o fiscal de sala venha recolher o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu caderno de questões (esse, caso o candidato não se utilize do tempo total destinado à realização da prova). Retire-se em silêncio, após ser atendido pelo oficial aplicador.
- ❖ As provas e seus gabaritos serão disponibilizados no sítio da Escola – www.esfcex.ensino.eb.br, para consulta.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 a 14.

Quando o cérebro começa a falhar

O cérebro humano é fascinante. Ele nos permite pensar, imaginar, agir, falar, coordenar nossos movimentos, armazenar informações e muito mais. Assim, doenças que atinjam o cérebro podem limitar consideravelmente a capacidade de manifestarmos a nossa forma humana.

5 As chamadas doenças neurodegenerativas constituem um grupo de enfermidades que, em sua maioria, surgem com o envelhecimento. Geralmente, são associadas à demência, cujo exemplo mais comum é a doença de Alzheimer. Com o aumento da expectativa de vida das pessoas, é natural e necessário que a ciência se preocupe em entender como essas doenças se desenvolvem e identificar potenciais formas de tratá-las.

10 Você certamente conhece alguém ou alguma história de uma pessoa acometida por uma doença neurodegenerativa. Deve ter conhecimento também sobre o sofrimento causado aos pacientes e seus familiares. Existem dezenas dessas doenças, que têm em comum uma progressiva degeneração das funções cerebrais, que invariavelmente levam a inabilidades físicas, demência e, na maioria dos casos, à morte.

15 Mais de 40 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem com a doença de Alzheimer (DA), a principal forma de demência conhecida. Esse número tende a crescer à medida que a longevidade da população mundial aumenta e que hábitos de vida nada saudáveis são adotados. Apesar disso, a DA ainda não dispõe de nenhuma forma de diagnóstico precoce — o que prejudica o início do acompanhamento médico e de possíveis intervenções experimentais — e, infelizmente, ainda não tem cura. Isso não quer dizer, no entanto, que a ciência nesse campo esteja parada. Muito se descobriu nas últimas três décadas.

20 Uma pergunta frequente que muitos se fazem ao envelhecer é se estariam desenvolvendo DA e ainda não sabem. Por isso, vários grupos de pesquisa têm buscado sinais capazes de prever o Alzheimer muito antes que a doença se estabeleça. Mas não há motivo de preocupação se você é jovem ainda: o aparecimento da DA só é comum a partir dos 65 anos, e o esquecimento ocasional de algo pode ser apenas circunstancial. Porém, se os problemas de memória afetam a sua qualidade de vida, aí sim é o momento de se consultar com um neurologista.

25 As causas específicas da DA ainda não são totalmente estabelecidas. Uma explicação bem aceita para o desenvolvimento da DA consiste no acúmulo substancial do peptídeo beta-amiloide ($A\beta$) no cérebro de pacientes, o que prejudica o funcionamento dos neurônios e de outras células cerebrais, danificando a memória. A ação do $A\beta$ também pode gerar outros eventos tóxicos para o cérebro que levam a outros sintomas da doença, como ansiedade, depressão e apatia. Além disso, a progressão do Alzheimer leva a novos sintomas, como distúrbios de sono, agitação e dificuldades motoras.

30 Como não existe detecção da DA antes do surgimento dos sintomas, os níveis aumentados de $A\beta$ só haviam sido observados em pacientes que já apresentavam perda de memória. Avanços importantes têm sido alcançados recentemente com o desenvolvimento de técnicas que permitem detectar pequenas variações nos níveis de $A\beta$ no líquido (fluido que banha nosso cérebro e nossa medula espinhal) e no sangue em pacientes com risco de desenvolver a doença. Esses testes ainda não estão disponíveis em hospitais, mas a perspectiva é que eles estejam acessíveis dentro de uma década.

35 Essas observações também indicam que marcadores cerebrais e bioquímicos da DA poderiam ser identificados décadas antes do aparecimento dos sintomas clínicos. Isso gera a perspectiva de que potenciais intervenções profiláticas e/ou terapêuticas possam ser empregadas em pacientes que apresentam indicativos bioquímicos ou moleculares de DA antes do estabelecimento clínico da doença. A identificação sistemática desses marcadores poderá contribuir não apenas para o entendimento da progressão, mas também para o desenvolvimento de terapias eficientes no futuro.

40 A DA é uma doença progressiva que afeta primariamente algumas regiões do cérebro, como o hipocampo. O hipocampo é fortemente associado à formação e manutenção de memórias no cérebro, e seu funcionamento alterado parece, portanto, levar à perda de memórias em pacientes com Alzheimer. No entanto, há um rápido acometimento de outras regiões do cérebro, incluindo os córtices pré-frontal e temporal, o que ajuda a explicar os sintomas clínicos da doença.

(...)

45 Muitos testes clínicos têm sido feitos em pacientes de diferentes condições neurodegenerativas. Esses estudos têm se concentrado em duas estratégias: o desenvolvimento de novas drogas com alvos específicos e o emprego de medicamentos já aprovados para tratar outras doenças. Infelizmente, muitos dos fármacos testados em pacientes têm apresentado resultados negativos, mas há boas razões para se animar e ter esperança.

No caso da DA, muito esforço tem sido feito em desenvolver anticorpos que bloqueiem a ação do peptídeo $A\beta$. O insucesso clínico dessa abordagem possivelmente se deve ao fato de que o tratamento começa tarde demais, apenas quando o quadro de mau funcionamento cerebral já está estabelecido e os pacientes já apresentam sintomas clínicos.

50 Contudo, vários resultados também sugerem que estamos progredindo em entender e tratar melhor as doenças neurodegenerativas. Por exemplo, um novo composto se mostrou eficaz em reduzir os níveis de um marcador da doença de Huntington. No caso de pacientes com Parkinson, terapias ainda em avaliação sugerem que a estimulação elétrica controlada de algumas regiões do cérebro dos pacientes pode diminuir os sintomas de tremores e de falta de coordenação motora.

Ainda não dispomos de uma medicação que interrompa ou reverta o quadro neurodegenerativo de pacientes com DA



55 ou outras formas de demência. Isso certamente causa uma aflição nos familiares dos pacientes ao verem aquele quadro evoluir sem que muito possa ser feito. No entanto, é bastante importante que a qualidade de vida dos pacientes seja preservada na medida do possível.

Uma informação interessante é que a musicoterapia – exposição controlada e estímulo dos pacientes a músicas que lhe são prazerosas – tem claros efeitos positivos em sintomas de agitação, confusão mental e bem-estar geral. A música ativa circuitos cerebrais bastante complexos relacionados às emoções e pode, de fato, fazer bem.

60 Por fim, há de se ressaltar o cuidado que se deve ter com falsas promessas de reversão ou cura da DA ou de outras condições neurodegenerativas. Terapias milagrosas com pílulas ou cirurgias, mesmo que aplicadas por médicos, ainda não têm validade clínica e não há comprovação científica alguma de que funcionam. A comprovação científica é realmente necessária para mostrar que os medicamentos têm a ação esperada e que não prejudicam mais ainda o já debilitado paciente.

65 Ainda há muitos mares a serem navegados na compreensão das doenças neurodegenerativas, mas o público em geral pode nos ajudar dando seu suporte e apoiando, sempre que possível, iniciativas de pesquisa nessa área.

(Mychael V. Lourenço.

Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Matéria publicada em 10/6/19. Disponível em: cienciahoje.org.br)

1. *Esse número tende a crescer à medida que a longevidade da população mundial aumenta e que hábitos de vida nada saudáveis são adotados.* (linhas 13 e 14)

A respeito do trecho acima, analise as afirmativas a seguir:

- A substituição de *à medida que* por *na medida em que* não significaria alteração da classificação da função sintática completa da oração que inicia, embora haja mudança de sentido.
- A forma *à medida que* é equivalente à forma *à medida em que*, a qual, esta, poderia substituir aquela sem prejuízo gramatical ou semântico.
- O segundo *que* do período se classifica como conjunção integrante.

Assinale

- se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- se nenhuma afirmativa estiver correta.
- se todas as afirmativas estiverem corretas.

2. Uma informação interessante é que a musicoterapia – exposição controlada e estímulo dos pacientes a músicas que lhe são prazerosas – tem claros efeitos positivos em sintomas de agitação, confusão mental e bem-estar geral. (linhas 58 e 59).

Supondo que se possa representar o trecho sublinhado acima por

$$yXy = yX \rightarrow yXy \rightarrow X(X + Xy + Xy),$$

o trecho sublinhado em vários resultados também sugerem que estamos progredindo em entender e tratar melhor as doenças neurodegenerativas (linhas 50 e 51) está corretamente representado em

- $yX \rightarrow \rightarrow (\rightarrow + \rightarrow yXy)$.
- $yX \rightarrow X \rightarrow X + X (yXy)$.
- $Yx \rightarrow Xy + X + X \rightarrow YxY$.
- $X \rightarrow \rightarrow \rightarrow (\rightarrow + \rightarrow Xy)$.
- $y+X \rightarrow \rightarrow \rightarrow + \rightarrow + \rightarrow y+X+y$.

3. Assinale a alternativa em que o conjunto de palavras esteja corretamente classificado de acordo com o indicado.

- numerais: *dezenas* (linha 9), *milhões* (linha 12), *três* (linha 16)
- adjetivos: *potenciais* (linha 7), *clínicos* (linha 49), *paciente* (linha 64)
- substantivos: *dezenas* (linha 9), *pacientes* (linha 24), *indicativos* (linha 35)
- advérbios: *muito* (linha 2), *mais* (linha 2), *bastante* (linha 60)
- pronomes: *muito* (linha 2), *cujo* (linha 5), *que* (linha 66)

4. Assinale a alternativa em que o termo apresente, no texto, função sintática idêntica à de *de coordenação motora* (linha 53).

- à demência* (linha 5)
- da doença* (linha 41)
- de medicamentos* (linhas 44 e 45)
- de uma medicação* (linha 54)
- de reversão* (linha 61)

5. O texto se classifica corretamente como

- narrativo.
- descritivo.
- dissertativo-argumentativo.
- injuntivo.
- dissertativo-expositivo.

6. *Mas não há motivo de preocupação se você é jovem ainda: o aparecimento da DA só é comum a partir dos 65 anos, e o esquecimento ocasional de algo pode ser apenas circunstancial.* (linhas 20 e 21)

No excerto acima, o trecho após os dois-pontos tem papel de

- enumeração.
- explicitação.
- exemplificação.
- explicação.
- exceção.



7. Considerando o texto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. Quando se é jovem, deve-se procurar um neurologista caso os problemas de memória afetem a qualidade de vida.

PORQUE

II. A doença de Alzheimer só é comum a partir dos 65 anos.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

8. Uma pergunta frequente que muitos se fazem ao envelhecer é se estariam desenvolvendo DA e ainda não sabem. Por isso, vários grupos de pesquisa têm buscado sinais capazes de prever o Alzheimer muito antes que a doença se estabeleça. (linhas 18 a 20)

A respeito do excerto acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. No trecho, há ocorrência de duas conjunções integrantes.
- II. No primeiro período, há uma oração coordenada sindética adversativa.
- III. No trecho, há duas ocorrências de oração subordinada reduzida de infinitivo.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

9. Assinale a alternativa em que o vocábulo, no texto, **NÃO** represente exemplo de coesão anafórica.

- A) Ele (linha 1)
- B) cujo (linha 5)
- C) (l)as (linha 7)
- D) doença (linha 26)
- E) doença (linha 51)

10. Assinale a alternativa em que a palavra apresente o mesmo sentido para *hipo* que o contido na palavra *hipocampo* (linha 38).

- A) hipopótamo
- B) hipopatologia
- C) hipogeu
- D) hipocámpideo
- E) hipomaquia

11. Assinale a alternativa em que os dois termos estejam corretamente agrupados, em função de semelhança em seu papel no texto.

- A) (DA) (linha 12) – *exposição controlada e estímulo dos pacientes a músicas que lhe são prazerosas* (linhas 58 e 59)
- B) (A β) (linha 24) – *fluido que banha nosso cérebro e nossa medula espinhal* (linhas 30 e 31)
- C) (DA) (linha 12) – *o que prejudica o início do acompanhamento médico e de possíveis intervenções experimentais* (linhas 14 e 15)
- D) *o que prejudica o início do acompanhamento médico e de possíveis intervenções experimentais* (linhas 14 e 15) – *fluido que banha nosso cérebro e nossa medula espinhal* (linhas 30 e 31)
- E) *fluido que banha nosso cérebro e nossa medula espinhal* (linhas 30 e 31) – *exposição controlada e estímulo dos pacientes a músicas que lhe são prazerosas* (linhas 58 e 59)

12. Assinale a alternativa que apresente correta inferência extraída do texto, sem extrapolação de seu conteúdo.

- A) Em dez anos, haverá exames capazes de detectar a DA antes do aparecimento dos sintomas.
- B) Como a DA afeta primeiro o hipocampo, essa parte do cérebro deve ser a primeira a receber tratamento.
- C) Embora não haja medicação específica para tratamento da DA, a musicoterapia tem se revelado importante no processo de cura.
- D) Alguns medicamentos experimentais podem provocar piora no quadro clínico do paciente já acometido pela doença.
- E) Os distúrbios do sono se apresentam como sintoma primário da DA, desde que em conjunto com depressão e apatia.

13. Assinale a alternativa em que o conjunto das palavras seja acentuado seguindo a mesma regra.

- A) *peptídeo* (linha 24) – *cérebro* (linha 24) – *tóxicos* (linha 26)
- B) *níveis* (linha 28) – *memória* (linha 29) – *técnicas* (linha 30)
- C) *físicas* (linha 11) – *demência* (linha 11) – *número* (linha 13)
- D) *hábitos* (linha 13) – *saudáveis* (linha 14) – *início* (linha 15)
- E) *líquor* (linha 30) – *profiláticas* (linha 34) – *terapêuticas* (linha 35)



14. *Terapias milagrosas com pilulas ou cirurgias, mesmo que aplicadas por médicos, ainda não têm validade clínica e não há comprovação científica alguma de que funcionam.* (linhas 62 e 63)

Assinale a alternativa que **NÃO** poderia, no trecho acima, substituir o termo *mesmo que* sob pena de alteração gramatical e semântica.

- A) porquanto
- B) embora
- C) conquanto
- D) não obstante
- E) posto que

HISTÓRIA DO BRASIL

15. *Na América portuguesa, em consequência da ofensiva francesa e do declínio do trato asiático, foram tomadas em 1534 medidas para o povoamento e a valorização do território.* (ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20).

As medidas mencionadas na afirmativa acima referem-se aos sistemas de administração que Portugal empregou no Brasil no século XVI. Em ordem cronológica, a partir de 1534, tais sistemas foram

- A) Feitorias e Governo Geral.
- B) Capitânicas Hereditárias e Governo Geral.
- C) Governo Geral e Feitorias.
- D) Governo Geral e Capitânicas Hereditárias.
- E) Feitorias e Capitânicas Hereditárias.

16. A respeito da ocupação territorial da Capitania de São Vicente e do contato dos portugueses com os nativos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ao chegarem a São Vicente, os primeiros portugueses, reconhecendo de imediato a importância fundamental da guerra nas relações intertribais, procuraram tirar proveito delas para efetivarem a ocupação da terra.
- II. Considerando o estado de unidade política que imperava no Brasil indígena, as perspectivas de conquista, dominação e exploração passariam por alianças forjadas por rivalidades que não havia entre os nativos, o que levaria ao rompimento de sua unidade e, conseqüentemente, à sua total aniquilação.
- III. Aos olhos dos invasores, a presença de um número considerável de prisioneiros de guerra prometia um possível mecanismo de suprimento de mão de obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais.
- IV. Os índios percebiam vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

17. *As críticas feitas na Europa pelo pensamento ilustrado ao absolutismo assumiram no Brasil o sentido de críticas ao sistema colonial. No Brasil, Ilustração foi, antes de mais nada, anticolonialismo.* (COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 26).

O texto acima faz alusão aos movimentos anticoloniais de fins do século XIX. A respeito do contexto histórico daquele período, analise as afirmativas a seguir:

- I. Criticar a realeza e o poder absoluto dos reis significava lutar pela emancipação dos laços coloniais.
- II. Os estudantes que viajavam para o exterior, completando seus estudos em Portugal ou na França, voltavam imbuídos das novas ideias e se tornavam seus principais propagandistas.
- III. Nem as prisões, nem os exílios, nem os enforcamentos foram capazes de deter a marcha do processo. Em vão a censura tentava impedir a divulgação das ideias nocivas à ordem vigente.
- IV. A Inconfidência Mineira, que tinha propostas igualitárias, contava com a possibilidade de um levante de escravos, já que o número de homens pretos, livres e escravos superava em muito o dos brancos; por isso, contava com a composição de um exército popular.
- V. Os líderes da Conjuração Baiana, membros das elites agrárias, não permitiram que setores populares se integrassem ao movimento, limitando seus ideais aos aspectos emancipacionistas.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.



18. Durante o Período Regencial, ocorreram reformas que ficaram conhecidas como uma "experiência republicana", mas que acabaram por desatar forças até então contidas pelo unitarismo imperial. Por quase todo o período eclodiram revoltas populares que procuraram alterar a ordem política e social estabelecida.

A respeito dessas revoltas, iniciadas, exclusivamente, no Período Regencial, é correto afirmar que

- A) a Cabanagem, revolta ocorrida no Pará, reuniu índios, escravos e pobres insatisfeitos com a retirada da autonomia popular existente na região pelas assembleias gerais provinciais, criadas pelo Ato Adicional à Constituição de 1834.
- B) a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, iniciada no Rio Grande do Sul, sem a participação das elites, foi motivada pelo sentimento republicano e igualitário dos setores populares, insatisfeitos com a criação da Guarda Nacional, em 1831, da qual foram impedidos de participar.
- C) a Sabinada, desencadeada na Bahia entre 1837 e 1838, foi uma revolta republicana liderada por Francisco Sabino, que pretendia unir as forças populares ao levante dos maleses, negros islamizados, que se revoltavam desde 1834.
- D) a Balaiada, ocorrida no Maranhão e no Piauí, reuniu setores populares, como camponeses, vaqueiros e escravos, liderados pelo fabricante de cestos Manuel Francisco e o negro Cosme Bento.
- E) a Rebelião Praieira, que eclodiu em Pernambuco entre 1848 e 1849, foi um movimento de cunho nitidamente social, com forte sentimento antilusitano, tendo sido assim denominada devido ao fato de a sede do núcleo revoltoso se situar na rua da Praia.

19. Durante a República Velha, o presidente Campos Sales criou as bases para a implantação de um tipo de política que predominou do seu governo à Revolução de 1930: a Política dos Governadores. Tal política consistiu em

- A) uma troca de favores entre os executivos federal e estaduais no sentido de garantir a permanência no poder dos mesmos grupos oligárquicos que se apoiavam mutuamente.
- B) uma política de intervenções nos estados que não apoiassem a proposta de governo federal, baseada na manutenção do poder concentrado nas mãos dos militares, no combate à corrupção e na diminuição da desigualdade social.
- C) uma alternância das oligarquias paulista e mineira no poder federal; por isso mesmo, ela também ficou conhecida como política do café com leite.
- D) um acordo entre as oligarquias cafeeiras e o governo federal no sentido de se assegurar a intervenção estatal na cafeicultura brasileira, de modo a promover a elevação dos preços do produto e, assim, assegurar os lucros dos cafeicultores.
- E) um pacto político feito entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, apoiando a candidatura de políticos desses estados à presidência da República até as eleições de 1930.

20. A eleição presidencial brasileira de 1985 foi a última ocorrida de forma indireta, por meio de um colégio eleitoral, sob a égide da Constituição de 1967. Nesse pleito, a vitória coube à Aliança Democrática, que, em síntese, foi

- A) um pacto político, firmado por Tancredo Neves e Aureliano Chaves, vice-presidente do país, no sentido de se garantir, na disputa à presidência, apoio e votos para o primeiro em troca de participação do segundo no futuro governo.
- B) um acordo entre os partidos da oposição moderada para impedir que os partidos da esquerda lançassem candidatos às eleições.
- C) uma aliança política entre o PDS, partido do governo, e os partidos de oposição para assegurar que o regime militar não fosse alvo de qualquer investigação.
- D) uma aliança dos partidos de oposição contra o "Acordo de Minas" – pacto político que garantiria a supremacia de Minas Gerais no novo cenário que se desenhava.
- E) uma aliança feita entre o PMDB, principal partido da oposição, e a Frente Liberal, grupo formado por dissidentes do partido do governo, o PDS, em torno da candidatura da chapa Tancredo Neves/José Sarney.



21. *Duas linhas de interpretação surgiram já nos primeiros anos: a dos vencedores e a dos vencidos, a dos republicanos e a dos monarquistas, aos quais vieram juntar-se com o tempo alguns republicanos que, desiludidos com a experiência, aumentaram o rol dos descontentes, exaltando as glórias do Império e ressaltando os vícios do regime republicano.* (COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos.* – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 387).

O texto acima refere-se ao contexto da Proclamação da República no Brasil e, nele, a autora faz menção aos diversos argumentos republicanos de então. A esse respeito, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Os republicanos procuravam atenuar os males do Império afirmando que advinham menos do imperador e muito mais da estrutura monárquica montada que o levou a ser, ao mesmo tempo, o seu maior representante e também a sua maior vítima.
- B) Os republicanos traziam à tona as revoluções e pronunciamentos a partir da Inconfidência Mineira, afirmando que a República sempre fora uma aspiração nacional e que a Monarquia era uma anomalia na América, repleta de repúblicas.
- C) Criticando a centralização excessiva do governo monárquico e a fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre as eleições, consideravam a República a solução natural para os problemas, sendo efetivada por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país às tendências do período.
- D) As arbitrariedades, os abusos do Poder Moderador, a manutenção da escravidão, a má gestão financeira e as guerras externas foram usadas como fatores da progressiva impopularidade da monarquia.
- E) Alguns republicanos afirmavam que a democracia no Brasil tivera origens étnicas no povoamento, e a Proclamação da República fora fruto da constituição etnográfica, da transição para um regime de trabalho agrícola e industrial, da propaganda republicana, da corrupção política e da deficiente administração do Império.

22. Durante o período colonial brasileiro, as atividades econômicas que mais se destacaram foram a agromanufatura açucareira e a mineração. A respeito dessas atividades, assinale a afirmativa correta.

- A) Na zona açucareira, os escravos urbanos gozavam de maior liberdade do que na zona mineira, uma vez que podiam ser artesãos, vendedores, carregadores, escravos do ganho ou escravos de aluguel para tarefas diversas, atividades incompatíveis com as da mineração.
- B) A procura pela mão de obra negra africana nos engenhos contradiz a tese que afirma ser o tráfico negreiro o gerador da escravidão de africanos, ou seja, que a oferta teria precedido a procura.
- C) Com a expansão da mineração, deu-se, nesse período, uma drástica redução da escravidão negra na região Sudeste, uma vez que se passou a empregar, nessa área, exclusivamente, o trabalho de mineiros livres, ou seja, de imigrantes portugueses.
- D) Um dos efeitos da mineração foi o surgimento de uma larga rede urbana nas zonas das minas e o crescimento do tamanho e de importância de São Salvador, porto de abastecimento das minas, de saída do ouro e capital colonial, até a chegada da Corte portuguesa, em 1808.
- E) No século XVII, o Sudeste do Brasil se transformou em região típica de *plantations* açucareiras, que se assentavam, sobretudo, no trabalho de escravos africanos comprados aos holandeses que dominavam a região Nordeste.

GEOGRAFIA DO BRASIL

23. Ross destaca as plataformas ou crátons, bacias sedimentares e cadeias orogênicas como as principais macroformas que sustentam o relevo brasileiro, cujas rochas são anteriores à atual configuração do continente sul-americano. Especificamente sobre as **grandes bacias sedimentares** brasileiras, é correto afirmar que

- A) as bacias sedimentares do Paraná, Amazônica, de São Paulo e Curitiba, do ponto de vista macroestrutural, constituem as principais bacias sedimentares do território brasileiro.
- B) as bacias sedimentares do Parnaíba, de Santos e Amazônica têm sua gênese associada à deposição fluvial cenozoica.
- C) a bacia hidrográfica do rio Amazonas apresenta similaridade cronológica com a bacia sedimentar do Parnaíba.
- D) as grandes bacias sedimentares brasileiras, em função de sua cronologia, também podem ser chamadas de bacias do Fanerozoico.
- E) a gênese das bacias sedimentares brasileiras está associada à orogênese andina, desencadeada após a abertura do oceano Atlântico.



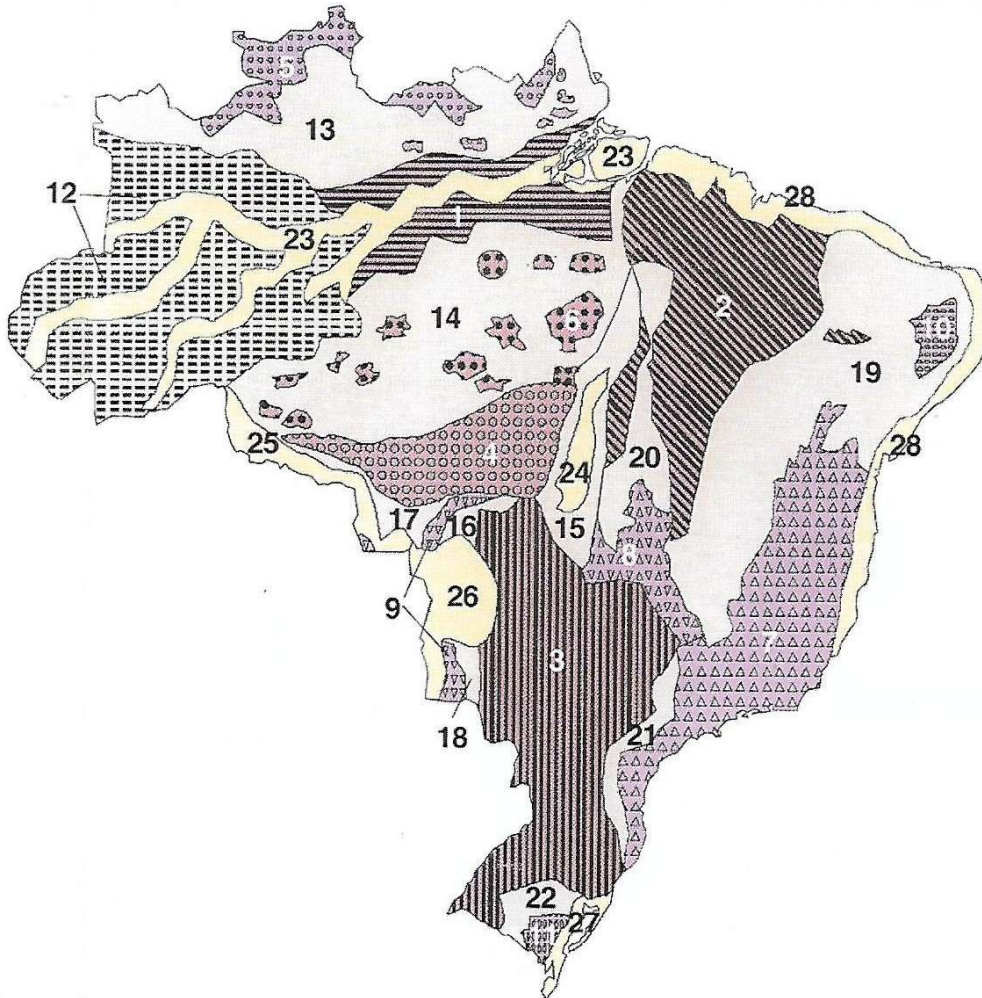
24. Às vezes, os fenômenos de crescimento registrados em algumas regiões deprimidas não significam que as disparidades regionais estejam em vias de diminuição ou de absorção. Se as atividades recentemente instaladas são responsáveis por relações privilegiadas com outras atividades locais ou pela utilização de matérias-primas da região, é possível que os efeitos cumulativos assim provocados contribuam para reduzir os desníveis. Em caso contrário, ocorre o crescimento estatístico, dito às vezes econômico, mas não crescimento social ou socioeconômico. (SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008, p. 299 – 300.)

De acordo com a citação de Milton Santos acima, assinale a alternativa correta sobre os aspectos políticos, administrativos e socioeconômicos das regiões brasileiras.

- A)** A política de desenvolvimento estabelecida pelo BNDES foi fundamental para o ordenamento territorial brasileiro. De 1952 até 2002 os investimentos contribuíram para a diminuição das disparidades espaciais, estabelecendo uma política igualitária de distribuição dos recursos para o desenvolvimento nacional.
- B)** A política de privatização das estatais marcou o desenvolvimento econômico brasileiro na década de 90. Nessa dinâmica, o BNDES garantiu que os serviços privatizados chegassem às diversas regiões do Brasil, diminuindo as desigualdades regionais.
- C)** O Estado brasileiro incentivou o desenvolvimento regional por uma série de superintendências e da criação de polos de desenvolvimento. A especialização produtiva do território foi determinada pelo planejamento estatal, obstruindo a influência corporativa das transnacionais.
- D)** A partir da década de 90 o Brasil passou a ser incorporado, cada vez mais, ao sistema produtivo mundial, o que fortaleceu a indústria nacional, modernizou o circuito produtivo e a rede de transporte e consolidou a integração nacional.
- E)** A política socioeconômica e administrativa brasileira possui a tradição de pensar o desenvolvimento do país tendo os grandes projetos nacionais como prioridade, o que beneficia, na maioria das vezes, as grandes corporações.
25. A respeito da metropolização das cidades brasileiras, assinale a afirmativa correta.
- A)** O processo de metropolização é fenômeno característico de centros urbanos ricos com necessidade de expandir ainda mais a riqueza por meio do trabalho no circuito produtivo, ampliando o mercado consumidor e democratizando o uso e a ocupação do território urbano.
- B)** As metrópoles surgem em resposta ao processo de globalização, pois as cidades que sediam as principais empresas multinacionais acabam por se tornar centrais de comando e poder e reproduzir o padrão e o circuito produtivo dos países desenvolvidos. Isso transforma as diversas cidades em realidades muito homogêneas entre elas, o que resulta na democratização do uso e ocupação do espaço, e do consumo e do acesso aos bens e serviços de forma mundial.
- C)** A metropolização é caracterizada pelo espraiamento da ocupação do território para além dos limites municipais, ao mesmo tempo em que centraliza o capital, os serviços, o trabalho e as principais infraestruturas urbanas; o processo desigual de ocupação e uso do território segrega a sociedade e fragmenta o espaço.
- D)** A dispersão dos limites metropolitanos, conurbando os municípios, é fruto de uma racionalidade orquestrada entre o capital financeiro e o Estado, ambos focados no interesse de ampliar os benefícios dos grandes centros urbanos para as áreas periféricas, diminuindo a desigualdade social e a segregação espacial.
- E)** A rede de transporte, de comunicação e de produção das grandes aglomerações urbanas traz benefícios não só para as empresas como também para os trabalhadores e moradores, pois concentra o circuito produtivo em redes aproximadas. Isso facilita a circulação do trabalhador e do consumidor e possibilita que áreas periféricas da metrópole sejam beneficiadas pela centralização dos serviços e infraestruturas urbanas.
26. A respeito da industrialização brasileira, é correto afirmar que
- A)** a região Nordeste foi beneficiada pelo processo de descentralização industrial, originada pelo afrouxamento das reivindicações sindicais nessa região.
- B)** a concentração industrial na região Centro-Sul do país se deu principalmente pela acumulação de capitais propiciada pela cafeicultura, pela substituição do trabalho escravo por assalariado e pelo crescimento do mercado consumidor interno.
- C)** um fator importante no processo de descentralização industrial no país é a guerra fiscal, que consiste em um certo tipo de competição entre as indústrias para se instalarem em determinada região, visando garantir o acesso a recursos específicos e à venda para mercados consumidores maiores ou com maior poder aquisitivo.
- D)** a lavoura cafeeira paulista foi fundamental para a acumulação de capitais do Estado e futuro investimento industrial, principalmente por não ter empregado trabalho escravo e, assim, por desenvolver rapidamente o maior mercado consumidor do país.
- E)** a indústria brasileira teve início com a produção de bens de consumo não duráveis, como automóvel, máquina de lavar roupas, televisão, entre outros equipamentos.



27. Observe o mapa das Unidades de Relevo Brasileiro apresentado abaixo.



ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, encarte anexo ao livro.

De acordo com Ross (2008), as unidades de relevo numeradas 1, 4, 12, 13 são corretamente classificadas, respectivamente, como

- A) Depressão Amazônica Oriental, Planaltos residuais sul-amazônicos, Planalto da Amazônia Ocidental, Planaltos residuais norte-amazônicos.
- B) Planalto da Amazônia Oriental, Planalto e Chapada dos Parecis, Depressão da Amazônia Ocidental, Depressão marginal norte-amazônica.
- C) Depressão marginal sul-amazônica, Planalto e Chapada dos Parecis, Depressão marginal norte-amazônica, Depressão Amazônica Setentrional.
- D) Depressão Amazônica Oriental, Planaltos residuais sul-amazônicos, Depressão marginal norte-amazônica, Planaltos residuais norte-amazônicos.
- E) Planície do Rio Amazonas, Planaltos residuais sul-amazônicos, Depressão da Amazônia Ocidental, Planaltos residuais norte-amazônicos.



28. Leia a reportagem a seguir:

Espera por viagens de trem completa 20 anos com linha e estações destruídas

(...) A atual administração do Distrito Federal fala na retomada do transporte de passageiro sobre trilhos. A ideia é atender principalmente aos moradores de cidades vizinhas da capital, ligando a Rodoferroviária a Valparaíso (GO), onde sequer há terminal.

A promessa era colocar o trem para rodar em caráter experimental em março, com apoio financeiro do governo federal. Mês passado, alegando não ter a verba da União, o governo do DF mudou a data para o “começo de 2020”. No entanto, não há locomotiva, vagão nem prédio para receber passageiros. Tampouco, funcionários para operar as locomotivas. Os trilhos precisam ser restaurados.

O projeto do governo de Ibaneis Rocha (MDB) é mais comedido que o apresentado, em junho de 2013, pelo governo federal e os então governadores do DF, Joaquim Roriz (MDB), e de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Eles anunciaram a retomada do transporte de passageiros entre Brasília e Luziânia (GO). Colocariam as composições para rodar sobre o trecho entre as estações Bernardo Sayão, no Núcleo Bandeirante, e Jardim Ingá, bairro populoso de Luziânia. Tudo ficou em promessas, ampliadas por Roriz e Perillo, anos depois, para um trem de alta velocidade entre Brasília e Goiânia.

Antes de elaborar o projeto, comitivas de Goiás e do GDF visitaram cidades da Itália, França e Alemanha para conhecer sistemas ferroviários e negociar com possíveis fornecedores. Mas o Ministério dos Transportes apontou a inviabilidade do plano. (...)

Inaugurada em 1968 para ligar a nova capital a Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a linha férrea que parte da Rodoferroviária cruza áreas urbanas de grande densidade, nas periferias de Valparaíso e Luziânia. De lá, segue até Pires do Rio, no centro de Goiás. Mas são os 120 primeiros quilômetros que interessam ao brasiliense e aos moradores das cidades vizinhas. Pelos cálculos de especialistas, cerca de 600 mil pessoas poderiam ser beneficiadas pelo transporte de passageiros, interrompido no trecho em 1992, com a desativação da linha Bandeirante, que ligava Brasília a Campinas (SP).

Com a privatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1997, a linha brasiliense foi transferida à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) por 30 anos, prorrogáveis por mais 30. Hoje, o trecho Brasília-Luziânia funciona sobre os escombros da linha férrea pontilhada de estações de passageiros. O ponto de partida é um cemitério de trens. No pátio de manobras da Rodoferroviária, dezenas de vagões, inclusive os que transportaram os últimos passageiros, há 27 anos, estão expostos ao vandalismo, tomados pelo mato. Vez ou outra recebem visita de grafiteiros. Do galpão para reparos, só sobrou o esqueleto. Saquearam todo o alambrado, geradores, janelas, portas, pisos, pias.

(Correio Brasiliense, 28/7/19, com adaptações)

Assinale a alternativa que retrate e explique a situação da falta de investimento na malha ferroviária em várias cidades do país.

- A) A situação apresentada pela reportagem tem como contexto o investimento do país fortemente voltado para o automobilismo, resultando na precarização de transporte coletivo pela rede ferroviária.
- B) Os primeiros 120 quilômetros da linha férrea que parte da Rodoferroviária não despertam o interesse econômico para que sejam reativados, motivo pelo qual a linha foi privatizada.
- C) A inviabilidade do plano se dá porque a demanda para a linha Brasília-Luziânia não se compara com a demanda das cidades europeias da Itália, da França e da Alemanha.
- D) O trecho da linha férrea entre a Rodoferroviária de Brasília e a divisa entre as goianas Luziânia e Cristalina não possui interesse econômico para o devido funcionamento, por isso não foi privatizada.
- E) A precarização do transporte ferroviário marca a falta de integração territorial do país; em compensação, tem-se investido na rede hidroviária, facilitando a compra de barcos pela população ribeirinha.



29. Observe as propostas regionais representadas pelos mapas a seguir:



Analise as afirmativas a seguir, a respeito das propostas regionais ilustradas no mapa.

- I. O critério da regionalização é baseado na difusão diferencial do meio técnico-científico informacional e nas heranças do passado.
- II. O critério da regionalização é principalmente de ordem natural, considerando ainda aspectos socioeconômicos. Essa divisão é empregada para fins estatísticos e didáticos.
- III. O critério da regionalização é basicamente socioeconômico.

Assinale a alternativa que correlacione corretamente os mapas às descrições acima.

- A) I – B; II – A; III – C.
- B) I – A; II – C; III – B.
- C) I – B; II – C; III – A.
- D) I – C; II – A; III – B.
- E) I – A; II – B; III – C.



30. A respeito dos recursos energéticos e a produção de energia no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) Sempre a energia hidráulica foi dominante, uma vez que o Brasil é um dos países mais ricos do mundo em recursos hídricos. Entretanto, cerca de 190.000 MW de potência hidráulica ainda não são usadas, principalmente na região Centro-Oeste, a qual poderia abastecer por proximidade os grandes centros consumidores do Sudeste.
- B) O emprego da lenha no Brasil tem caído consideravelmente, mesmo pela dificuldade do manuseio dessa fonte de energia e pela praticidade, redução de custos e aumento da distribuição do gás liquefeito de petróleo (GLP), vendido em botijões, o qual tem sido o substituto direto da lenha nos domicílios brasileiros.
- C) A desestatização do setor elétrico foi apenas parcialmente realizada: ocorreu em cerca de 70% da capacidade de distribuição, mas em apenas 30% da geração. Isso levou a um colapso parcial do planejamento e à crise do “apagão” de 2001, uma vez que os investidores privados, preocupados com incertezas regulatórias, se mantiveram arredios a novos investimentos.
- D) A grande maioria das usinas elétricas que empregam biomassa está localizada no estado de Pernambuco e usa o bagaço de cana, um subproduto da produção de açúcar e álcool. Essa produção é garantida pelas infraestruturas históricas que o estado tem no processamento da cana, facilitando a produção e diversificando a economia desse estado.
- E) O emprego da biomassa no Brasil é inviável para a produção de energia devido à falta de disponibilidade de recursos; à rápida industrialização e urbanização, implicando que a baixa produção não atende à demanda; e à in experiência histórica com aplicações industriais dessa fonte de energia, aliada à falta de tecnologia para a transformação da biomassa em energia eficientemente utilizável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Em relação aos princípios de Direito Ambiental, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da prevenção – princípio expresso na Constituição Federal – não tem base científica para prever os danos ambientais decorrentes de determinada atividade lesiva ao meio ambiente, devendo-se impor ao empreendedor condicionantes no licenciamento ambiental para mitigar ou elidir os prejuízos.
- B) Pelo princípio da solidariedade intergeracional, é dever irrenunciável do Poder Público promover a proteção do meio ambiente, por ser bem difuso, indispensável à vida humana sadia e também da coletividade.
- C) Pelo princípio da obrigatoriedade da proteção ambiental, as presentes gerações devem preservar o meio ambiente e adotar políticas ambientais para as presentes e as futuras gerações.
- D) Pelo princípio do controle, a Administração Pública fica obrigada a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem matéria ambiental e fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico.
- E) Pelo princípio da precaução – princípio implícito na Constituição Federal –, se determinado empreendimento puder causar danos ambientais sérios ou irreversíveis, inexistindo, contudo, certeza científica quanto aos efeitos danos e sua extensão, o empreendedor deverá ser compelido a adotar medidas de precaução para elidir ou reduzir os riscos ambientais para a população.

32. O traço característico e essencial da conduta criminosa é sua relação de contrariedade com o ordenamento jurídico, ao que se denomina antijuridicidade ou ilicitude. Portanto, parte-se da premissa de que a prática de um fato típico sugere a ilicitude. Entretanto, em situações excepcionais, o legislador autoriza o comportamento típico tornando-o “conforme o direito”, e o faz valendo-se de normas penais permissivas, mais conhecidas como causas excludentes da antijuridicidade, previstas no art. 42 do CPM. Além delas, existem causas justificativas supralais, que são reconhecidas como produtos do próprio dinamismo social. A respeito das excludentes de ilicitude, é correto dizer que

- A) o estado de necessidade pressupõe uma ponderação entre os bens jurídicos preservado e sacrificado e se configura até quando o perigo é iminente, desde que comprovada a inexigibilidade de conduta diversa do agente.
- B) o parágrafo único do art. 42 do CPM dispõe sobre uma espécie autônoma e inominada de excludente da ilicitude, destinado a permitir o uso de meios violentos pelos superiores contra os subalternos, em situações excepcionais, a fim de que cumpram missões ou executem manobras salvíficas ou redentoras.
- C) enquanto o Código Penal Brasileiro adotou a teoria dualista do estado de necessidade, isto é, separou nitidamente o estado de necessidade justificante do estado de necessidade exculpante, o Código Penal Militar filiou-se à teoria monista, pela qual o estado de necessidade sempre interfere na antijuridicidade.
- D) a legítima defesa própria pode ser reconhecida nas hipóteses em que o agente teme ser agredido, independentemente de qualquer ação prévia, ameaça ou ensaio de ataque do provável agressor.
- E) nas hipóteses de lesão corporal leve, o consentimento da vítima é reconhecido, pelo Superior Tribunal Militar, como causa supralais de exclusão da ilicitude.



33. A Lei Maria da Penha foi elaborada, criada e publicada com a finalidade de criar mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, nos termos do art. 226, § 8º, da Constituição Federal. Considerando a possibilidade de que ocorra um episódio de lesão corporal, motivada por ciúmes, no interior de um Próprio Nacional Residencial (casa funcional) sendo os dois envolvidos, agressor e ofendida, militares da ativa do Exército, analise as afirmativas a seguir:

- I. Segundo o entendimento doutrinário prevalente, a Justiça Militar da União será competente para processar e julgar o agressor, tendo em vista se tratar de crime praticado no interior da residência funcional (PNR), mas não poderão ser aplicadas as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.
- II. Segundo o entendimento doutrinário prevalente, a Justiça Militar da União será competente para processar e julgar o agressor, tendo em vista se tratar de crime praticado por militar contra militar, ambos em atividade, podendo, inclusive, aplicar as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.
- III. Segundo o entendimento doutrinário prevalente, competirá à Justiça Federal comum processar e julgar o agressor, tendo em vista que autor e vítima são agentes federais, podendo, inclusive, aplicar as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.
- IV. Segundo o entendimento doutrinário prevalente, competirá à Justiça do Estado processar e julgar o agressor, podendo, inclusive, aplicar as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas a afirmativa IV estiver correta.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

34. Em relação à responsabilidade ambiental civil, administrativa e penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A responsabilidade ambiental civil, administrativa e penal consta expressamente na Constituição Federal.
- II. É competência exclusiva da União legislar sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente, visto que pode abarcar mais de um Estado ou todo o território nacional.
- III. A responsabilidade ambiental administrativa é objetiva.
- IV. No ordenamento jurídico brasileiro, não se admite a responsabilidade ambiental penal de pessoas jurídicas.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- D) se apenas a afirmativa IV estiver correta.
- E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

35. Após ter sido advertida pelo Oficial de dia na parada (formatura do início do serviço da guarda), por estar com o uniforme em desalinho, a Sargento Erínia foi tomada pelo sentimento intenso de raiva e, como estava de serviço no rancho, resolveu vingar-se do jovem Tenente Ícaro. Assim, planejou colocar duas folhas de beladona (planta extremamente venenosa) na salada que serviria ao Tenente, no jantar daquele domingo. Planejou e começou a executar seu plano. Por volta das 18h30min, a Sargento Erínia levou ao refeitório dos oficiais a refeição do Tenente, na qual estavam as folhas tóxicas. Deixou o prato sobre a mesa e voltou para o rancho. Ocorre que, naquela noite, o Subcomandante do Quartel resolveu ir até a Organização Militar para assinar um documento e, por estar com sede, passou no refeitório. Vendo o prato do Tenente, decidiu experimentar um pouquinho de salada e acabou pegando uma das folhas de beladona. Em poucos minutos os sintomas da intoxicação começaram a aparecer, até que, três horas mais tarde, o subcomandante morreu envenenado. Realizadas as perícias e os exames, constatou-se a causa morte e, no decorrer das investigações, descobriu-se que a Sargento Erínia desejava matar o oficial de dia. Com base nesse fato, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se de hipótese de *error in personae*, já que o erro aconteceu por falha na representação, pela Sargento, da pessoa a ser atingida. Assim, se levam em consideração as condições pessoais do indivíduo efetivamente ofendido; no caso, o subcomandante do quartel.
- B) Trata-se de hipótese conhecida como *aberratio criminis*, pois ocorreu um acidente ou imprevisão na execução do crime que fez com que a conduta recaísse sobre outra pessoa, diferente do alvo original. Mesmo assim, devem-se levar em consideração as condições pessoais da pessoa que a Sargento Erínia queria atingir; no caso, o Tenente Ícaro.
- C) Trata-se de erro de fato e, tendo em vista que a conduta da Sargento Erínia atingiu pessoa diversa daquela que ela pretendia matar (Tenente Ícaro), ela deverá responder por homicídio culposo em relação ao Subcomandante do Quartel.
- D) Trata-se de hipótese conhecida como *aberratio ictus*, pois ocorreu um acidente ou imprevisão na execução do crime que fez com que a conduta recaísse sobre outra pessoa, diferente do alvo original. Mesmo assim, devem-se levar em consideração as condições pessoais da pessoa que a Sargento Erínia queria atingir; no caso, o Tenente Ícaro.
- E) A conduta é atípica, pois o *iter criminis* foi interrompido por um fato inesperado que não estava na linha de desdobramento físico imaginada e prevista pela Sargento Erínia.



36. Em 13/10/17 foi publicada a Lei 13.491, que ampliou significativamente os limites do Direito Penal Militar, pois alterou o inciso II do art. 9º do CPM, para incluir no conjunto dos crimes militares os delitos previstos em toda a legislação penal comum, quando praticados nas circunstâncias e condições especificadas nas alíneas do referido inciso. Em relação a essa mudança, seus efeitos e as discussões que dela decorreram, avalie as seguintes afirmativas e a relação proposta entre elas.

I. As modificações trazidas pela Lei 13.491/17 não foram igualmente interpretadas e aceitas pelas diversas Instituições. A Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por exemplo, combatem as alterações e ingressaram com Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Nos autos das ADI's, o Ministério Público Federal emitiu parecer pela inconstitucionalidade de dispositivos da lei.

PORQUE

II. A Lei 13.491 restabeleceu a competência da Justiça Militar da União para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida praticados contra civis, em qualquer situação. Recorde-se que essa competência havia sido transferida da Justiça Militar para a Justiça Comum pela Lei 9.299/96, de iniciativa do Deputado Hélio Bicudo.

A respeito dessas afirmações, assinale a alternativa correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

37. A respeito do crime de deserção, assinale a alternativa correta.

- A) De acordo com o entendimento majoritário do STM, o *status* de militar do desertor que é praça sem estabilidade é condição de procedibilidade e de prossequibilidade da ação penal.
- B) Não se pode conceder liberdade provisória ao desertor, antes de decorrido o prazo de 60 dias para o julgamento.
- C) Quando a deserção é praticada em país estrangeiro, a pena é atenuada de um terço.
- D) Não constituem excludentes de culpabilidade, nos crimes de deserção, alegações de ordem familiar desacompanhadas de provas.
- E) A deserção é crime propriamente militar e, em razão disso, é imprescritível.

38. O Inquérito Policial Militar (IPM) é um procedimento investigativo que reúne o conjunto de diligências efetuadas pela polícia judiciária militar e que tem por objetivo fornecer ao Ministério Público Militar os elementos de convicção referentes à materialidade e autoria de um crime militar. Assim, dispo de um panorama confiável da historicidade do evento, o MPM pode apresentar ao juízo uma hipótese acusatória suficientemente razoável de como, quando, por que e por quem o delito foi praticado. Sobre o IPM e o exercício do poder de polícia judiciária militar, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A delegação do poder de polícia judiciária militar, para fins de proceder a IPM (Encarregado), pode recair sobre Oficiais ou Praças, desde que estejam em atividade e sejam de posto ou graduação superior ao indiciado.
- B) Uma das principais características do IPM é sua provisoriedade, isto é, ele não tem por finalidade apreciar uma pretensão e também não se destina a fundamentar condenações judiciais. Limita-se a reunir elementos de informação destinados ao *dominus litis*.
- C) O pedido de arquivamento do IPM é atribuição exclusiva do Ministério Público Militar, mas, se indeferido, deve o inquérito ser remetido ao Procurador-geral, que insistirá no arquivamento ou designará outro Membro para denunciar, caso não decida fazê-lo diretamente.
- D) Nos casos dos crimes de Desacato (art. 341 do CPM) e Desobediência a decisão judicial (art. 349 do CPM), por expressa previsão legal, o IPM pode ser dispensado, sem prejuízo das diligências requisitadas pelo MPM.
- E) Após o encerramento do IPM, o Encarregado deve encerrá-lo com minucioso relatório e encaminhar os autos à autoridade delegante, a quem cabe homologar ou não o resultado. A não homologação não se confunde com o pedido de arquivamento.

39. A respeito da dosimetria penal, nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- A) Nos crimes em que a pena máxima cominada é a de morte, ao juiz é facultado atender, ou não, às circunstâncias atenuantes genéricas previstas no art. 72 do CPM.
- B) A Constituição de 1988 recepcionou o art. 78 do CPM, que prevê a aplicação de pena privativa de liberdade por tempo indeterminado, nas hipóteses de autoria de criminoso habitual ou por tendência.
- C) O crime anistiado, embora tenha sua punibilidade extinta, permanece gerando reincidência, para fins de agravamento genérica da pena por outro delito.
- D) O comportamento meritório posterior é circunstância atenuante genérica, nos termos do art. 72 do CPM.
- E) A duração da pena indeterminada não pode ultrapassar o prazo de 20 anos.



40. Em relação ao Direito Internacional dos Conflitos Armados, Crimes Internacionais e Carta das Nações Unidas e o Estatuto de Roma, assinale a alternativa correta.

- A) Os crimes de guerra são os atos ilícitos cometidos contra as normas de Direito de Guerra e do Direito Humanitário, mas não estão previstos em nenhum tratado ou convenção de Direito Internacional.
- B) Em nenhuma hipótese a Carta das Nações Unidas autoriza as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, de acordo com o princípio da soberania de cada Estado.
- C) O Tribunal Penal Internacional é uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, substituindo a jurisdição penal nacional todas as vezes que o indivíduo estiver fora do seu país de origem.
- D) Todos os membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.
- E) Por expressa disposição constitucional, o Brasil não se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, para não violar o princípio da soberania.

41. A respeito das Pessoas Jurídicas de Direito Privado, assinale a alternativa correta.

- A) Os Partidos Políticos não são considerados pessoa jurídica de direito privado pela importância nas eleições municipais, estaduais e federais.
- B) Às organizações religiosas são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento, sendo permitido ao poder público negar-lhes seu reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- C) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, somente por escritura pública, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, não podendo declarar a maneira de administrá-la.
- D) As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
- E) A União, Estados, Distrito Federal e Municípios, quando celebram contratos com os particulares, tornam-se pessoas jurídicas de direito privado.

42. Em relação aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) Os impostos, taxas e contribuições de melhoria somente podem ser criados mediante lei complementar.
- B) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos, visto que são tributos diferentes.
- C) Cabe a lei ordinária dispor sobre conflitos de competências em matéria tributária entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- E) Em razão do princípio da isonomia, não cabe tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

43. A respeito da limitação do poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- A) Por razão de hierarquia, a União pode tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) É permitido à União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios para reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- D) É permitido à União exigir ou aumentar o tributo sem lei que o estabeleça quando verificada grave crise financeira no Brasil.
- E) É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecer limitações ao tráfico de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, inclusive a cobrança de pedágio que limitar o direito de ir e vir do contribuinte.

44. A respeito da seguridade social e suas disposições gerais na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa somente dos Poderes Públicos, quais sejam, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência.
- B) A seguridade será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
- C) Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base no caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- D) A lei não poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- E) A seguridade social assegura os direitos relativos à previdência e à assistência social; já em relação à saúde, a União delegou para os Estados e Municípios, por ser matéria de interesse estadual e principalmente local.



45. Durante uma audiência de instrução, o defensor contraditou uma das testemunhas arroladas pelo Ministério Público Militar, argumentando que ela era subordinada e trabalhava diretamente sob a supervisão do militar ofendido. Em face da contradita, avalie as seguintes afirmativas e a relação proposta entre elas.

- I. A contradita da testemunha deve ser feita antes de iniciado seu depoimento e o juiz a arguirá sobre as considerações feitas pela parte, registrando a contradição e a resposta da testemunha.

PORQUE

II. Após isso, o juiz tomará o depoimento da testemunha, mas sem lhe deferir o compromisso de dizer a verdade.

A respeito dessas afirmações, assinale a alternativa correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
E) As asserções I e II são proposições falsas.

46. *Nas democracias, a atividade policial não é autorreferencial, mas está subordinada aos valores democráticos, à gestão democrática das políticas públicas. Assim, a accountability é um instrumento de adesão das práticas policiais às decisões políticas, dentro do paradigma democrático.* (ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Fundamentos do Controle Externo da Atividade Policial. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2016)

A respeito da afirmativa acima e considerando o poder de polícia judiciária militar, assinale a alternativa correta.

- A) Como o exercício do poder de polícia judiciária militar se dá, geralmente, por delegação da autoridade superior, cabe a ela – autoridade delegante – exercer o controle externo.
B) O controle externo da atividade policial judiciária militar é realizado pelo Ministério Público Militar e inclui o controle difuso e o concentrado.
C) É atribuição privativa dos juízes e juízas federais junto às Auditorias Militares exercer o controle externo da atividade da polícia judiciária militar.
D) O controle externo da atividade policial judiciária militar abrange o controle do poder disciplinar; portanto, as punições por faltas administrativas (transgressões disciplinares) devem ser necessariamente examinadas pelo Ministério Público Militar.
E) Para facilitar o controle externo da atividade de polícia judiciária militar, a autoridade detentora original da atribuição deve remeter ao Ministério Público Militar, até o quinto dia útil do primeiro mês do trimestre, relação com a indicação dos nomes dos oficiais que concorrerão à escala de Encarregado de Inquérito Policial Militar.

47. A Lei 8.457, de 4/9/1992, organiza e regula o funcionamento da Justiça Militar da União. No ano passado (2018), sofreu diversas alterações, algumas delas há muito defendidas e esperadas pelos estudiosos e operadores do Direito Militar. A respeito da estrutura da Justiça Militar da União, assinale a alternativa correta.

- A) Para efeito de administração da Justiça Militar em tempo de paz, o território nacional divide-se em quinze Circunscrições Judiciárias Militares.
B) Compete ao Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar exercer, cumulativamente, a função de Corregedor da Justiça Militar.
C) São órgãos da Justiça Militar: o Superior Tribunal Militar; a Corregedoria da Justiça Militar; o Juiz-Corregedor Auxiliar; os Conselhos de Justiça; os Juizes Federais e os Juizes Federais substitutos da Justiça Militar.
D) Os Conselhos Permanentes de Justiça, uma vez constituídos, só serão dissolvidos após a conclusão dos processos em face dos quais foram instalados.
E) Compete aos Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos da Justiça Militar da União julgar os *habeas corpus* contra punições disciplinares.

48. Segundo o art. 225 da Constituição, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Com relação ao dispositivo transcrito, assinale a alternativa correta.

- A) Aquele que explorar recursos minerais não fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
B) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal ou estadual, sem o que não poderão ser instaladas.
C) Incumbe ao Poder Público e à coletividade preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
D) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
E) Incumbe com exclusividade à coletividade promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.



49. A respeito dos Direitos Sociais, Direito à Nacionalidade e Direitos Políticos, assinale a alternativa correta.

- A) Quando da promulgação da Constituição de 1988, não constava expressamente o direito ao transporte, que foi incluído posteriormente por Emenda Constitucional.
- B) Está previsto expressamente, entre os direitos sociais, o direito a educação, saúde, moradia, e, implicitamente, o trabalho.
- C) Os Direitos Sociais estão previstos de forma implícita na Constituição Federal de 1988, pois os direitos e deveres individuais e coletivos já abarcam os direitos sociais.
- D) Não existe diferença na Constituição entre brasileiro nato e naturalizado, visto que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
- E) São elegíveis os analfabetos.

50. A respeito do direito e interesses das populações indígenas, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Aos juízes federais compete processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas.
- B) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo aos Estados e Municípios demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- C) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- D) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe natural ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- E) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

51. Em relação à repartição de competências entre União e Estados na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário e financeiro.
- B) Compete aos Estados legislar sobre a Polícia Federal e as Polícias Rodoviária e Ferroviária federais.
- C) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- D) Não existe previsão na Constituição da competência dos Estados, cabendo a lei complementar federal definir a competência dos Estados-membros.
- E) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

52. Em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), assinale a alternativa correta.

- A) É inexigível a licitação para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.
- B) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, como cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição.
- D) É permitida a criação de outras modalidades de licitação bem como a combinação de concorrência e tomada de preços, pelo fato de ser a única diferença entre as duas modalidades os valores para celebração do contrato.
- E) Nos contratos administrativos, depois de ser realizado o processo de licitação e o vencedor ter comprovado habilitação econômico-financeira, não se admite à autoridade competente exigir garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

53. Acerca da responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- B) A responsabilidade administrativa e civil somente se aplica às pessoas jurídicas nacionais, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado.
- C) A prática de ato lesivo previsto na Lei 12.846/13 por pessoa jurídica, em seu interesse ou benefício, ensejará a responsabilização de forma objetiva no âmbito civil e subjetiva no âmbito administrativo, na medida de sua culpabilidade.
- D) A pessoa jurídica só responde se houver a responsabilização individual dos dirigentes ou administradores, ou seja, há litisconsorte passivo necessário entre pessoa jurídica e pessoa natural.
- E) Os dirigentes ou administradores da pessoa jurídica respondem de forma objetiva por atos ilícitos.



54. Não se admite tentativa em:

- I. crimes preterdolosos, crimes habituais, crimes de mera conduta;
- II. crimes plurissubsistentes, crimes dolosos, crimes permanentes;
- III. crimes formais, crimes culposos, crimes plurissubsistentes;
- IV. contravenções penais, crimes habituais, crimes omissivos próprios.

Analise os itens acima e assinale

- A) se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.
- B) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- C) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- D) se todos os itens estiverem corretos.
- E) se apenas os itens I e IV estiverem corretos.

55. A respeito do Tribunal Penal Internacional, assinale a alternativa correta.

- A) O Brasil faz parte do Tribunal Penal Internacional, tendo ratificado o Estatuto de Roma em 2002, pelo Decreto 4.388/2002.
- B) O Brasil não faz parte do Tribunal Penal Internacional, por violar sua soberania.
- C) O Tribunal Penal Internacional é considerado um tribunal de exceção.
- D) Não é um órgão jurisdicional, mas apenas administrativo.
- E) Tendo em vista que o Brasil é um país soberano, nenhum brasileiro poderá ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional, por violar expressamente a Constituição Federal.

56. A respeito das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.

- A) As partes não têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral de mérito, incluída a atividade satisfativa.
- B) Aquele que, de qualquer forma, participa do processo, não precisa necessariamente comportar-se de boa-fé, visto o interesse de sucesso na lide.
- C) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em prazo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, com exceção do juiz, de acordo com o princípio da imparcialidade.
- D) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestarem, ainda que se trate de matéria a qual deva decidir de ofício.
- E) Não é permitida a arbitragem no Novo Código de Processo Civil.

57. Em relação aos recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- B) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado, mas não pelo Ministério Público, por ser somente fiscal da ordem jurídica.
- C) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- D) Dos despachos, cabem recursos.
- E) A decisão somente pode ser impugnada totalmente.

58. Em relação à Lei de Ação Civil Pública – Lei 7.347/85, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- B) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- C) É facultado ao Poder Público e às outras instituições legitimadas habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- D) Admitir-se-ão litisconsortes facultativos entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos tratados na lei.
- E) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o juiz julgará extinto o processo sem resolução de mérito.

59. Em relação às provas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Pelo princípio da imparcialidade, o juiz não pode, de ofício, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- B) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no referido Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- C) Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descumprimento da verdade, ressalvadas as partes, por terem interesse específico na demanda.
- D) Não foi prevista expressamente a prova emprestada.
- E) Não se admite, em hipótese alguma, a distribuição do ônus da prova.



60. Marcos, poderoso traficante internacional, adquiriu um apartamento de 350m² de frente para o mar no Nordeste do Brasil com os proventos de sua última transação ilícita. Após alguns anos usufruindo do imóvel, Marcos foi preso em virtude de uma grande investigação da polícia brasileira, que deu origem a vários processos criminais. O Juiz Federal responsável pela ação penal pretende usar de uma medida assecuratória para limitar a disponibilidade do bem. Nessa situação, cabível será

- A) Busca e Apreensão.
- B) Hipoteca Legal.
- C) Arresto.
- D) Sequestro.
- E) Arresto Prévio.

61. Frederico, de família altamente tradicional, se casou com Márcia e, na noite de núpcias, quando teriam sua primeira relação sexual, Márcia descobre que seu marido possui um defeito físico irremediável, o que foi escondido por Frederico propositalmente, com medo de que Márcia não se casasse com ele. Márcia consegue anular o casamento e ingressa com Ação Penal contra Frederico pela prática do delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento. O Magistrado a quem foi distribuída a ação penal rejeitou a inicial acusatória, de forma muito bem fundamentada. Na hipótese narrada, recurso cabível é

- A) Apelação.
- B) Mandado de Segurança.
- C) Recurso em Sentido Estrito.
- D) Recurso Especial.
- E) Embargos de Declaração.

62. Priscila, servidora pública estadual, alcançou um cargo público que, de acordo exclusivamente com a Constituição Estadual, possui foro por prerrogativa de função, nos seguintes termos: "compete ao Tribunal julgar em ação originária, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade (...)". Após alguns anos no cargo, Priscila é presa em flagrante e denunciada pela prática do delito de aborto. Nessa hipótese, será competente para o julgamento de Priscila o

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Tribunal de Justiça.
- C) Tribunal Regional Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça.
- E) Tribunal do Júri.

63. Adamastor foi denunciado pela prática do delito descrito no artigo 297 do Código Penal, que previu a conduta de falsificação de documento público. Gilberto, Juiz Titular, presidiu o feito desde o início, tendo recebido a denúncia e participado da audiência de instrução e julgamento, encerrando a instrução do feito. Após esses fatos, Gilberto tirou uma rápida licença para tratar de assuntos pessoais. Nesse ínterim, o processo foi concluso ao Magistrado substituto para sentença, e este condenou Adamastor a três anos de reclusão. De acordo com a legislação processual, assinale a alternativa correta.

- A) A sentença é nula pela não observância do princípio da identidade física do juiz.
- B) A sentença não é nula tendo em vista que o princípio da identidade física do juiz não é absoluto.
- C) A sentença é nula pois o Magistrado Substituto ainda está em treinamento e não pode proferir sentença sem o auxílio do Juiz Titular.
- D) A sentença não é nula pois qualquer Magistrado pode proferir sentença após estudar o processo.
- E) A sentença é nula pois viola a regra processual da prevenção.

64. Com base na Convenção de Genebra, caso a luta armada ocorra nos limites de uma nação signatária da Convenção, sem envolvimento internacional, analise as afirmativas a seguir:

- I. Militares que não participarem das hostilidades provocadas e tiverem, por discordância, deposto as armas, passam a ter tratamento e direitos garantidos equivalentes aos civis que não se envolverem no conflito, ou seja, deverão ser tratados com humanidade, sem qualquer distinção, de qualquer natureza.
- II. Em caso de ferimento ou enfermidade, com ou sem urgência, os militares têm prioridade na ordem dos cuidados a serem prestados.
- III. A incineração dos corpos dos mortos se dará obrigatoriamente por questões de higiene. Nessa hipótese, a retirada da placa de identificação é suficiente como registro do ato.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.



65. Em relação a Justiça do Trabalho e as alterações introduzidas pela EC 45/2004, assinale a alternativa correta.

- A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista.
- B) São órgãos da Justiça do Trabalho os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito privado, excluídos os entes da administração pública direta e indireta.
- D) Frustrada a negociação coletiva, as partes não poderão eleger árbitros por violar a cláusula de reserva de jurisdição.
- E) Os Tribunais Regionais Eleitorais compõem-se de no mínimo 11 juízes, nomeados pelo Governador do Estado.

66. Em relação aos crimes organizados, a Lei 12.850/12 trouxe inovações legais e revogou a Lei 9.034/95. Em relação a nova legislação, assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se organização criminosa a associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente.
- B) O juiz participará diretamente das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração premiada.
- C) Não se admite o acordo de colaboração premiada na fase das investigações por delegado de polícia, somente no curso da ação penal, podendo ser celebrado tanto pelo Ministério Público quanto pelo Delegado de Polícia.
- D) A ação controlada foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal por se equiparar ao flagrante preparado – entendimento já sumulado pela Corte.
- E) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação será admitida se houver indícios de infração penal de organização criminosa e se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.

67. Em relação às provas no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) Cabe ao reclamado, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- B) As testemunhas poderão sofrer descontos em seu salário pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.
- C) Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitado ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
- D) As testemunhas somente comparecerão à audiência se forem notificadas ou intimadas.
- E) Em razão do princípio da paridade das armas, as partes não podem apresentar peritos ou técnicos.

68. Para tomar uma cidade após um ataque, um grupo de soldados aborda grupos de civis lançando bombas de gás asfixiante, de modo a imobilizá-los e impedir retaliação e defesa. Tal comportamento

- A) caracteriza crime de guerra, conforme previsto no Estatuto de Roma.
- B) somente poderia ser válido caso os civis estivessem armados.
- C) não é moralmente aceito, embora não configure exatamente crime de guerra.
- D) seria completamente aceito, desde que não se fizessem reféns desses civis.
- E) somente configuraria crime de guerra se os civis viessem a óbito causado pelo gás.

69. Pedro, dono da empresa XYZ, faz um “acordo” com José, seu empregado, para demiti-lo, obrigando-o a devolver a multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Ao descobrir esses fatos, a esposa de José foi à Delegacia de Polícia e contou, em detalhes, o que aconteceu. Pelas características do acontecido, Pedro responderá exclusivamente pela prática de crime contra a organização do trabalho, tipificado no artigo 203 do Código Penal – Frustração de Direito Assegurado por Lei Trabalhista. Nessa hipótese, a atribuição para dar regular processamento ao Inquérito Policial e, por consequência, funcionar durante a fase judicial será do

- A) Ministério Público do Trabalho.
- B) Ministério Público Federal.
- C) Ministério Público Militar.
- D) Ministério Público Estadual.
- E) Ministério Público Municipal.

70. Carlos, civil, amante de embarcações desde a infância, aos 27 anos conseguiu adquirir uma maravilhosa lancha de 64 pés. Embora tenha um grande conhecimento em assuntos náuticos, já que há anos participa de feiras especializadas e estuda com afinco o assunto, não está autorizado (habilitado) a operar embarcações. Assim, resolve falsificar e utilizar uma carteira de habilitação de amador – CHA, a fim de testar a embarcação. Quando já estava conduzindo a embarcação nos limites da navegação costeira, foi abordado pela Marinha do Brasil, que identificou que a CHA apresentada era falsa. Nessa hipótese, a competência para julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso será do(a)

- A) Justiça Militar da União.
- B) Justiça Federal Comum.
- C) Tribunal Marítimo.
- D) Justiça Estadual Comum.
- E) Justiça Militar Estadual.